

CC02/C06
Fls. 53

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SEXTA CÂMARA**

Processo nº 12045.000632/2007-11
Recurso nº 150.807 Voluntário
Matéria PEDIDO DE RESTITUIÇÃO
Acórdão nº 206-00.837
Sessão de 08 de maio de 2008
Recorrente LUIZ CARLOS ZANGUETIN
Recorrida SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA (RECEITA FEDERAL DO BRASIL)

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/10/2000 a 30/04/2004

RESTITUIÇÃO - CONTRIBUIÇÃO - APÓS
APOSENTADORIA.

O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social que voltar a exercer atividade abrangida por este regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições devida.

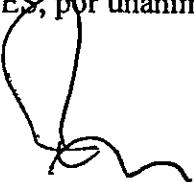
Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

2º CC/PR - Sexta Câmara
CONFERI COM O ORIGINAL
Brasília, 23/03/09
Mano de Fátima Ferreira de Carvalho
Mair. Siape 751683

CC02/C06
Fls. 54

ACORDAM os Membros da SEXTA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

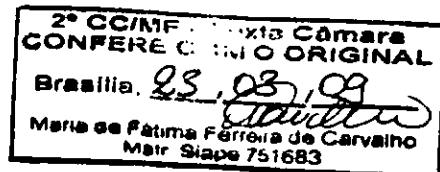

ELIAS SAMPAIO FREIRE

Presidente


ANA MARIA BANDEIRA

Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Rogério de Lellis Pinto, Bernadete de Oliveira Barros, Daniel Ayres Kalume Reis, Cleusa Vieira de Souza e Ricardo Henrique Magalhães de Oliveira.



Relatório

Trata-se de pedido de restituição apresentado pelo Sr. Luiz Carlos Zanguetin, referente a contribuições recolhidas pelo mesmo após a data de concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.

As contribuições foram recolhidas no código de pagamento destinado aos contribuintes individuais e o interessado junta aos autos solicitação de fechamento de firma como vendedor autônomo junto à Prefeitura Municipal de Pompéia-SP, com protocolo em 25/06/2004.

O pedido do interessado foi indeferido com base no § 1º do inciso VII do art. 9º do Decreto nº 3.048/1999, segundo o qual, o aposentado do RGPS – Regime Geral de Previdência Social que voltar a exercer atividade abrangida pelo regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade e fica sujeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias.

O interessado apresentou recurso tempestivo (fl 50), onde alega que nunca foi segurado obrigatório, mas trabalhador rural, na qualidade de pequeno produtor. Afirma que fez a inscrição para vender “hortifrutis” como ambulante, atividade que também não exerceu. Alega que não encerrou anteriormente a inscrição na Prefeitura, por volta de 1998, por desconhecer o procedimento, assim, a inscrição teria ficado em aberto.

A SRP manifestou-se pela manutenção da decisão recorrida (fls. 51/52).

É o Relatório.

Voto

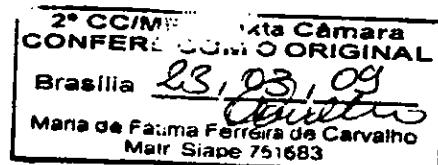
Conselheira ANA MARIA BANDEIRA, Relatora

O recurso é tempestivo e não há óbice ao seu conhecimento.

O aposentado que voltar a exercer atividade abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social não está desobrigado de efetuar os recolhimentos inerentes às mesmas. Tal obrigatoriedade encontra amparo na Lei nº 8.212/91 § 4º do art. 12, alterado pela Lei nº 9.032/1995.

No caso em tela, o interessado possui uma inscrição como contribuinte individual/autônomo e como tal efetuou os recolhimentos. No Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS consta que o interessado teria iniciado a atividade em 07/03/1996, entretanto, não há registro de data de fim da atividade.

De igual forma, o interessado possuía uma inscrição junta à Prefeitura Municipal de Pompéia-SP como vendedor autônomo, a qual só foi fechada em 25/06/2004 (fls. 34/35).



CC02/C06
Fls. 56

Muito embora o interessado alegue que não exerceu atividade no período em que pleiteia restituição, a documentação juntada aos autos não corrobora tal afirmação.

A inscrição do segurado como contribuinte individual representa ato volitivo e leva a inferir que, efetivamente, o segurado desenvolveu alguma atividade no período para justificar a inscrição e os recolhimentos. Sobretudo se for considerada a existência da inscrição junto à Municipalidade como vendedor ambulante.

Para fazer jus à restituição pleiteada teria que restar claro que o segurado não mais exercia atividades, porém, além das negativas do interessado, não foram trazidos aos autos quaisquer elementos para comprovar o não exercício de atividade abrangida pelo RGPS.

Em razão de não estar comprovado nos autos que o recorrente não exerceu atividade após a aposentadoria.

Voto no sentido de **CONHECER** do recurso para, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**

É como voto

Sala das Sessões, em 08 de maio de 2008


ANA MARIA BANDEIRA